



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

CESALTINA GOMES CRAVID PIRES DOS SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE
REDENÇÃO.**

**REDENÇÃO-CE-BRASIL
2016**



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

CESALTINA GOMES CRAVID PIRES DOS SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE
REDENÇÃO.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do curso de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito para obtenção do título de bacharel em Administração Pública, sob a orientação do Prof.Dr.Lourenço Ocuni Cá.

**REDENÇÃO-CE-BRASIL
2016**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira

Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)

Biblioteca Setorial Campus Liberdade

Catálogo na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

Santos, Cesaltina Gomes Cravid Pires dos.

S235p

Políticas públicas para a juventude no município de Redenção. / Cesaltina Gomes Cravid Pires dos Santos. – Redenção, 2016.

54 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao curso de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Lourenço Ocuni Cá.

Inclui gráficos e referências.

1. Juventude - Política governamental – Brasil. 2. Políticas públicas. I. Título.

CDD 305.230981

CESALTINA GOMES CRAVID PIRES DOS SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDENO MUNICÍPIO DE
REDENÇÃO.**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Data da aprovação: ____/____/____

Nota: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr.Lourenço Ocuni Cá (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

Prof. Dr.Elcimar Simão Martins (Examinador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

Prof. Dra.Sinara Mota Neves de Almeida (Examinadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus por todas as coisas que aconteceram nesses longos e vitoriosos 4 anos, por ter me guiado, confortado e guardado sempre que precisei. Principalmente aos meus pais: Maria Ivete Cravid e António dos Santos, um grande obrigado pelo apoio pela força pelo suporte por terem acreditado em mim e nos meus sonhos. Não esquecendo de agradecer aos meus queridos irmãos, tios e primas que mesmo distante sempre estiveram presentes e sempre me apoiaram.

Ao Erliney Ribeiro “Litos” minha eterna gratidão, por todo apoio, por ter me apoiado todas as vezes que me desesperei, por ter sido essa pessoa tão especial, tão fantástica, um grande obrigado.

As minhas amigas Ana Isabel, Catia Seca, Evalda Daio, Cleiver Elieth por toda parceria, irmandade, companheirismo, amor, “fites falados” e muitas guloseimas ao longo deste percurso acadêmico.

Agradeço a Anlucia Pinto, Mario Pinto, Vania Prazeres pela força, pelo carinho, pela paciência, pelas palavras de encorajamento, quando eu dizia que não conseguiria.

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Lourenço Ocuni Cá, pelo interesse no estudo, pela atenção demonstrada, pela paciência, pela disponibilidade, pelo profissionalismo, sugestões e por todo o suporte fornecido durante esse período.

Um agradecimento também a toda às instituições, que tornaram possível a realização deste trabalho.

E por fim, um agradecimento especial a todos, que me acompanharam nessa jornada, os amigos e colegas especiais. Vocês foram excepcionais no apoio, na força, no carinho e na dedicação. Muitos comigo trilharam o caminho, juntos caímos, levantamos e nos apoiamos. Outros por mais que não tivessem trilhado o mesmo caminho, tornou-o mais seguro, mais curto, mais acessível, mais significativo e mais apaixonante.

RESUMO

Este trabalho trata das políticas públicas para a juventude, em especial no município de Redenção, com objetivo de fazer uma análise de inclusão dos jovens do município de Redenção, identificar as políticas públicas existentes no município, a sua formulação e como se dá o desenvolvimento das mesmas, além de mapear as instituições que desenvolvem programas direcionados aos jovens. Expõem-se algumas considerações para contextualizar o termo “juventude” e a elaboração e implantação das políticas públicas. São entrevistados os responsáveis pelas instituições, para saber quais são os programas existentes e se vão de acordo com as necessidades locais. Também são colhidas as informações sobre o órgão que desenvolve os programas, bem como os problemas e dificuldades enfrentadas pelo mesmo. Um dos resultados encontrados é a falta de políticas públicas de juventude, e a falta de interesse por parte dos órgãos competentes do município. Também se constatou que os programas para jovens são limitados à faixa de 15 a 17 anos. Espera-se que com este estudo as autoridades federais, estaduais e municipais se conscientizem da necessidade de reconceptualização das instituições envolvidas no processo de formulação e implementação dos programas para juventude e dos próprios programas em vigor.

Palavras-chave: Juventude, políticas públicas, políticas de juventude, programas.

ABSTRACT

This study is about public policies for the youth, mainly in the Redenção county, with the aim of identifying the existing public policies in the county, from its formulation and how they are developed, as well as mapping organizations that develop programs aimed to the youth. Some considerations are put forward to contextualize the term "youth" and the elaboration and implementation of public policies. These responsible for the organizations are interviewed to find out what programs exist and whether they meet local needs. Information about the organization that develops the programs is also collected, as well as the problems and difficulties faced by the organization. One of the results found is the lack of public policies for youth, and the lack of interest from the part of the competent institutions of the county. It has also been found that the programs for youth are limited to the age of 15 to 17 years. With this study, it is hoped that, federal authorities, state and municipal authorities turn to be aware of the need to reconceptualize the institutions involved in the process of formulating and implementing the youth programs and also the programs in operations.

Key-Words: Youth, public policies, youth policies, programs.

LISTA DE SIGLAS

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

CRA-Centro de Referência de Assistência Social

CREAS-Centros de Referência de Assistência Social

ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente

Enem-Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM-Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

MEC-Ministério da Educação

MINC-Ministério da Cultura

MTE- Ministério Trabalho e Emprego

ONGs- Organizações não Governamentais

PAIF-Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias

PDE-Plano de Desenvolvimento da Educação

PPJ- Políticas Públicas para Juventude

PNLEM-Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio

PROEJA-Programa de Educação de Jovens e Adultos

PROJOVEM- Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONAF JOVEM-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para os jovens

PROUNI-Programa Universidade para Todos

REUNI-Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SCFV-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SECAD-Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SINAJUVE-Sistema Nacional de Juventude

SMA-Sistema de Monitoramento e Avaliação

SNJ-Secretaria Nacional de Juventude

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

SUS-O Sistema Único de Saúde

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNFPA-Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
1.1	Metodologia	10
1.1.1	<i>Classificação da pesquisa.....</i>	<i>10</i>
1.1.2	<i>Coleta de dados</i>	<i>11</i>
1.1.3	<i>Análise de dados e a elaboração da tese.....</i>	<i>12</i>
2	POLÍTICA PÚBLICA	13
3	O CONCEITO DA JUVENTUDE NO BRASIL.....	20
4	AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL-PPJ	23
4.1	Alguns programas e ações para juventude ao nível nacional	28
4.1.1	<i>Programas para educação</i>	<i>29</i>
4.1.2	<i>Programas de elevação de escolaridade e/ou formação para o trabalho</i>	<i>30</i>
4.1.3	<i>Programas de Esporte, cultura, meio ambiente.</i>	<i>30</i>
4.1.4	<i>Programas voltados ao Mercado de Trabalho.....</i>	<i>32</i>
4.1.5	<i>Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).....</i>	<i>33</i>
5	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO	36
5.1	Formulação das ações da 2ª Conferência Municipal de Políticas Públicas de Juventude	37
5.2	Programas no Município.....	37
5.2.1	<i>Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos</i>	<i>38</i>
5.2.2	<i>Projeto Bola de Meia-1997</i>	<i>40</i>
5.3	RESULTADOS	42
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48
	APÊNDICE	51
	Apêndice A- Roteiro de Entrevista.....	52
	Apêndice B- Entrevistas realizadas no âmbito do estudo	53

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas têm um papel muito importante para a construção da cidadania. Elas teriam como um dos objetivos atender as demandas e as necessidades da população que se encontra em situações de vulnerabilidades. Além disso, visa assegurar determinados direitos aos cidadãos ou cidadania, regular conflitos entre vários atores sociais e promover o desenvolvimento, através de alternativas.

Profissionalmente a área de políticas públicas vem se expandindo, com isso demonstra a importância de trabalhos voltados para a temática.

Dado ao número da população jovem, ser elevada, com mais de 50 milhões de jovens, e por ser uma parte significativa na construção social, é necessário que haja políticas públicas e estudos nesse campo de conhecimentos que evite os males que atingem essa mesma camada social. Mesmo com inúmeras políticas para juventude nos estados e municípios do Brasil vale a pena ressaltar, que há lugares onde essas políticas públicas não existem, não há um conselho que possa tratar das mesmas, e, além disso, não dispõem de recursos financeiros.

A ausência de políticas públicas efetivas em algumas localidades no Brasil apontada em algumas literaturas sobre o assunto fez com que se propusesse o estudo acerca das políticas públicas para juventude no município de Redenção com intuito de compreender como funcionam.

No entanto, o que me motivou a escrever sobre políticas públicas para juventude, foi por perceber, através de um trabalho feito na disciplina de planejamento de políticas públicas, que na cidade de Redenção é dada pouca importância aos jovens e as políticas públicas para os mesmos, além disso, por ser uma aluna jovem, vinda de um país africano, S.Tomé e Príncipe, quis aprofundar mais no assunto para poder compreender melhor, de forma adquirir mais conhecimento para minha trajetória pessoal e profissional. E tenho como inspiração contribuir para o desenvolvimento do meu país.

O presente trabalho está dividido em seis capítulos, onde serão abordados os seguintes temas:

No capítulo seguinte, ou seja, no capítulo II, aborda-se-á sobre o que é política pública, os seus objetivos, como se dá o processo da sua formulação, a sua tipologia de acordo com a literatura sobre o assunto.

No capítulo III, conhecer-se-á o que é juventude, a caracterização da faixa etária, as características da juventude, ademais se faz uma breve diferenciação entre os jovens e os adolescentes e a exposição da problemática da juventude.

No capítulo IV, diz respeito às políticas públicas de juventude, faz-se uma síntese histórica sobre as políticas públicas de juventude que vem ganhando visibilidade na atualidade, aborda-se sobre as conquistas dos jovens como sujeito direito, da criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e por último são apresentados alguns programas e ações voltados para juventude em nível nacional.

No capítulo V, diz respeito ao estudo de políticas públicas para juventude no município de Redenção, aos programas desenvolvidos no município. São apresentados os principais resultados e o VI capítulo são as considerações finais.

O objetivo geral deste trabalho é fazer uma análise de inclusão dos jovens do município de Redenção, e tem como objetivos específicos: analisar se existem políticas públicas para juventude; identificar quais são as políticas públicas para juventude existente; analisar como é feito o processo de formulação das políticas e mapear as instituições que desenvolvem programas direcionados aos jovens.

1.1 Metodologia

1.1.1 Classificação da pesquisa

A decisão sobre a metodologia a utilizar deve ser consoante aos objetivos do estudo e as questões de investigação. A metodologia pode ser vista como uma ferramenta que estuda a maneira como é feita uma pesquisa científica, permitindo assim explorar as várias etapas utilizadas pelo pesquisador (KOTHARI 2004). Neste sentido, o desafio foi utilizar uma metodologia que melhor respondesse aos objetivos do trabalho. A opção recaiu sobre um estudo de natureza qualitativa, pelo fato de este proporcionar uma investigação que melhor permite explorar, descobrir e entender a realidade de um fenômeno. Esta metodologia permite que o investigador esteja em contato direto com o fenômeno, e é ele o principal “instrumento de coleta de dados” (ANTWI & HAMZA 2015).

Para obter uma maior percepção do fenômeno em estudo, utilizou-se como método de investigação o estudo de caso. Segundo o Zainal (2007), o estudo de caso é

indicado quando se pretende explorar e compreender na profundidade o fenômeno em estudo, ou seja, ter uma visão holística do fenômeno.

Esse método é definido por Yin (1984), “como uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

Optou-se por fazer um estudo de caso de natureza exploratória, pelo fato de permitir explorar qualquer fenômeno que seja do interesse do investigador (ZAINAL 2007).

1.1.2 Coleta de dados

A elaboração deste estudo tem como suporte uma extensa pesquisa bibliográfica com o intuito de melhor se familiarizar com a investigação em questão. Esta fase foi caracterizada por inúmeras leituras de livros, relatórios, regulamentos, trabalhos acadêmicos e de vários artigos científicos publicados nas plataformas como, SciELO-Scientific Electronic Library Online, o Scince Direct, na Social Science Research Network, Google Acadêmico, entre outras. Essas leituras potencializam a visão do investigador e fornecem informações suficientes para a elaboração de um enriquecido referencial teórico, com conceitos, indicações visões e todos os outros requisitos que se exigem de um estudo desta natureza.

Num segundo momento foi feito um mapeamento das políticas públicas para a juventude existente no município, esta busca tem como principal propósito, conhecer as instituições envolvidas na formulação e implementação dessas políticas, uma vez que as mesmas não estão centralizadas numa única instituição. Portanto, a recolha de evidências que sustentem o estudo foram feitas nas seguintes instituições: Secretaria de Esporte e Juventude e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Redenção. Inicialmente efetuou-se uma análise preliminar, através de várias conversas informais com funcionários das instituições, que foram importantes para à elaboração do guia de entrevista. (vide apêndice A). Posteriormente procedeu-se a recolha de documentos, como: Relatórios, documentos sobre os programas, Plano de Atividades. Utilizou-se também a base de dados do Censo Demográfico de 2010-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE.

Em seguida, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas nessas instituições. A realização das entrevistas obedeceu a uma escolha criteriosa dos entrevistados. Foram entrevistados os coordenadores e os secretários. Um dos critérios utilizados para escolha dos entrevistados é o cargo ocupados por estes.

As entrevistas foram todas gravadas e posteriormente procedeu-se a sua transcrição de modo a manter a riqueza das informações.

1.1.3 Análise de dados e a elaboração da tese

Esta fase exigiu uma análise minuciosa das fontes de evidência e diversas leituras das entrevistas transcritas ora efetuadas, para encontrar e confirmar as relações causais existentes. Esta ultima fase nada mais é do que o reflexo de todas as fases mencionadas. Após estabelecer-se as relações de todas as fontes de evidência em cada tópico de discussão, procedeu-se a elaboração do trabalho. A monografia foi escrita de forma clara e procurou-se sempre relacionar os resultados obtidos com as teorias existentes, para maior credibilização do estudo.

2 POLÍTICA PÚBLICA

Aproximadamente no Séc.XX foi acentuada a preocupação do estado com a promoção do bem estar social. Diante de uma grande desigualdade social, foi necessário que o estado atuasse com respostas aos problemas da sociedade, por meio de programas, projetos e ações, e é nesse momento que surgem as políticas públicas.

Não existe um conceito universal nem uma melhor e única forma de definir políticas públicas. Segundo Cá (2010), políticas públicas podem ser definidas como conjuntos de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as ações governamentais relacionadas com as tarefas de interesse público. Enquanto Mincato (2012) define-as como decisões e não decisões políticas, que afetam assuntos e questões de interesse público.

Como se pode observar nessas duas definições existe uma relação direta entre às políticas públicas e as orientações do estado, isto acontece porque segundo Höfling (2001), o Estado é responsável pela boa implementação dos programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade a qual roga atingir. Os contributos de Cá (2010) Mincato (2012) e Holfing (2001) permitem afirmar, que as políticas públicas são um conjunto de tomada de decisões, através de projetos, programas e ações que visam o bem-estar comum da sociedade a que se destinam. Esses programas ou projetos, ficam normalmente sob alçada do estado, município e/ou governo federal, e são destinados a todo cidadão mediante a sua necessidade, e abrangem áreas como a saúde, a educação, a assistência social, etc.

Segundo Freitas e Ramires (2010) um fato importante que não se pode deixar de lado referente às políticas públicas é que elas não são implementadas somente pelo Estado, mas também por organizações voluntárias, sem fins lucrativos e organizações não-governamentais que atendem ao interesse público, visando atender as necessidades sociais, onde população participa, mas que as organizações que não pertencem ao Estado são quem propõem, formulam e executam.

Para Teixeira (2002, p.2):

Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”,

é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

As políticas públicas passam por um processo de formulação, que pode ser chamado de Ciclo das Políticas Públicas, que segundo Brenner Lopes (2008, p.10) está dividida em 5 (cinco) fases:

1. Formação da agenda: fase da seleção das prioridades;
2. Formulação de políticas: a apresentação de soluções ou alternativas;
3. Processo de tomada de decisão: momento que acontece a escolha das ações e programas;
4. Implementação ou execução das ações;
5. Fase de avaliação.

Na 1º fase, formação da agenda, é feita a identificação dos problemas e análise dos mesmos, quais as questões serão tratadas e quais serão deixadas de lado pelo governo; é nessa fase que as possíveis soluções são exploradas por meio de análise e pesquisa.

Na 2ª fase, ou seja, a formulação de políticas se refere ao estágio em que os “governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p.26). Nesta fase, também é necessário decidir as linhas de ação que serão adotadas, deve ser estabelecido o objetivo da política, quais serão as ações, programas ou projetos desenvolvidos e metas que deseja alcançar.

Na terceira fase, é decidida tanto a linha de ação que deve ser tomada, como a escolha do momento ideal para colocar em desenvolvimento a ação do governo com objetivo de solucionar as necessidades sociais e tomada de decisão. Para que os planos traçados e metas estabelecidas sejam alcançados, as Administrações públicas aderem às medidas indispensáveis para o cumprimento do plano elaborado. Podendo afirmar que:

Durante todo o ciclo de Políticas Públicas é necessário se tomar decisões. Entretanto, a fase de tomada de decisões pode ser definida como o momento onde se escolhe alternativas de ação/ intervenção em resposta aos problemas definidos na Agenda. É o momento onde se define, por exemplo, os recursos e o prazo temporal de ação da política. As escolhas feitas nesse momento são expressas em leis, decretos, normas, resoluções, dentre outros atos da administração pública. (BRENNER LOPES, 2008,p.10).

Na fase de implementação, são postas em práticas às ações e às escolhas, ficando a Administração pública responsável pelo seu planejamento, aplicação, controle e monitoramento, de acordo com as normas estipuladas para cumprimento da política.

"Um processo de interação entre o estabelecimento de objetivos e as ações realizadas para atingi-los". (PRESSMAN E WILDAVSKY, 1973 APUD LIMA E MEDEIROS, 2012)

Por ultimo, a fase de avaliação, compete a verificação da eficácia, da eficiência e da efetividade da ação governamental. Esta ação deve ser feita em todas as fases, colaborando com o êxito da ação, pois é possível supervisionar e controlar a execução das políticas. Brenner Lopes (2008, p.19) para reforçar a importância desta fase o autor chama atenção do seguinte:

A avaliação de uma política também deve focar os efeitos que esses impactos provocam e que se traduzem em novas demandas de decisão por parte das autoridades, com o objetivo de anular ou reforçar a execução da medida. Também é importante analisar se a política produziu algum impacto importante não previsto inicialmente, bem como determinar quais são os maiores obstáculos para o seu sucesso.

Para poder entender melhor políticas públicas, é necessário ter em mente que existem duas vertentes de políticas públicas, a política do estado e a política do governo.

A política do estado é toda aquela política que independentemente de qual seja o governo e o governante, as ações, os projetos, terão que ser realizado, normalmente estão presentes nas disposições jurídicas, como, por exemplo, as encontradas na constituição. Essas políticas em forma de lei são obrigatórias e devem ser cumpridas na integra.

Já a política do governo, depende da alternância do poder. Cada governo tem seu projeto, ações e programas, e durante o período do mandato vai transformando ideias em políticas públicas que serão executadas ao longo de um tempo, muitas das vezes essas políticas do governo passam de um governo para outro se tornando políticas de estado (ALMEIDA, 2016).

Na mesma linha de pensamento, Rua e Romanini (2013) afirmam que,

É de outra natureza a discussão que acentua as distinções entre Políticas de Estado e Políticas de Governo. Nesse caso, as Políticas de Estado tratariam de políticas mais permanentes do que aquilo que se restringe ao período no qual um governo exerce o poder (normalmente, de quatro a oito anos em países presidencialistas). Seriam mais duradoras e consolidadas. Além disso, implicariam articulações ente as diferentes áreas setoriais de políticas públicas com o intento de que todas elas convergissem para os objetivos do Estado. Em contraposição, as Políticas do Governo seriam passageiras, vigorariam somente durante o mandato de seus formuladores, e não necessariamente se concentrariam em torno de finalidades comuns, porquanto os governos distribuem áreas de atuação social consoante critérios políticos, que podem levar à convergência ou dispersão das políticas.

Para melhor compreender as políticas públicas se faz necessário apontar os objetivos, conforme exposto por Teixeira (2002, p.3), as políticas públicas têm como objetivo:

- 1) [...] responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciados por uma agenda que se cria na sociedade civil, através da pressão e mobilização social;
- 2) [...] ampliar e efetivar direitos de cidadania [...];
- 3) [...] promover o desenvolvimento, criando alternativas de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico (econômicas);
- 4) [...]regular conflitos entre os diversos atores sociais que [...] têm contradições de interesses [...].

O autor acrescenta que esses objetivos visam valorizar e exprimir as opções e as visões daqueles que controlam o poder e que por inerência, formulam as políticas.

Em relação à tipologia das políticas públicas, é necessário levar em conta alguns tipos de políticas, para que se possa decidir e definir melhor o tipo de atuação que se pode ter frente a sua formulação e implementação (Teixeira, 2002), com isso o autor apresenta as seguintes:

- Quanto à natureza ou grau de intervenção:
 - a) Estrutural: buscam interferir em relações estruturais, como: renda, emprego, produtividade etc. Como exemplo, pode-se apresentar a definição do salário-mínimo, criar postos de trabalhos.
 - b) Conjuntural ou emergencial: tem o objetivo de amainar uma situação temporária. A degradação ambiental e a fragilidade do planejamento de políticas públicas urbanas (saneamento básico, habitação, preservação de áreas, fiscalização e proibição de construções em áreas de risco ou de preservação ambiental, dentre outras) têm gerado situações de instabilidade, desastres e sinistros, nos últimos tempos com frequência.
- Quanto à abrangência dos possíveis benefícios:
 - a) Universais: para todos os cidadãos. Como exemplo, temos SUS, uma vez que toda população tem acesso aos seus serviços.
 - b) Segmentais: caracterizando um fator determinado (idade, condição física, gênero etc.). Como, por exemplo, a priorização de políticas que respeitem e operacionalizem o direito à acessibilidade de pessoas com deficiências;

- c) Fragmentadas: destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento. A violência doméstica e familiar contra a mulher e contra crianças e adolescentes é uma realidade constatada diariamente em nossa sociedade. São necessárias políticas específicas que trabalhem com as vítimas da violência. Então nesse sentido, dentro de algumas políticas públicas, por exemplo, as de assistência social, existem ações e serviços para atender essas pessoas, como: Centros de Referência de Assistência Social – CREAS – que atendem, em especial, crianças e adolescentes vítimas de violência e as Casas Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários:

- a) Distributivas: visam distribuir benefícios individuais; costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo; vários países, entre eles o Brasil, fazem políticas distributivas com o objetivo de minorar a desigualdade social. Um exemplo que pode ser utilizado é o seguro-desemprego;
- b) Redistributivas: visam a redistribuir recursos entre os grupos sociais: trazem certa igualdade, retiram recursos de um grupo que tem mais para beneficiar os que necessitam mais, o que provoca conflitos. Como exemplo, a desigualdade social que provém da má distribuição de renda e riqueza.
- c) Regulatória: visam a definir regras e procedimentos que regulem o comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade. Como exemplo “A Reforma Tributária” que é uma política pública de caráter tipicamente regulatório.

Segundo Theodor Lowi (1972 apud RUA, ROMANINI, 2013) quanto à tipologia, estão divididas em quatro tipos:

- Políticas Distributivas: aquelas que alocam bens ou serviços a frações específicas da sociedade (categorias de pessoas, localidades, regiões, grupos sociais, etc.) mediante recursos provenientes da coletividade como um todo. Podem relacionar-se ao exercício de direitos, ou não. Ex.: implementação de hospitais e escolas, construção de pontes e estradas, revitalização de áreas urbanas, salário-desemprego, benefícios de prestação continuada, programas de renda mínima, subsídios a empreendimentos econômicos, etc.;
- Políticas Redistributivas: aquelas que distribuem bens ou serviços a segmentos particularizados da população por intermédio de recursos oriundos de outros

grupos específicos. São conflituosas e nem sempre virtuosas. Ex.: reforma agrária, distribuição de royalties do petróleo, política de transferência de recursos inter-regionais, política tributária, etc.;

- Políticas Regulatórias: aquelas que estabelecem imperativos (obrigatoriedades), interdições e condições por meio das quais podem e devem ser realizadas determinadas atividades ou admitidos certos comportamentos. Seus custos e benefícios podem ser disseminados equilibradamente ou podem privilegiar interesses restritos, a depender dos recursos do poder dos atores abarcados. Elas podem variar de regulamentações simples e operacionais a regulações complexas, de grande abrangência. Ex.: Código de Trânsito, Lei de Eficiência Energética, Código Florestal, Legislação Trabalhista, etc.;
- Políticas Constitutivas ou Estruturadoras: aquelas que consolidam as regras do jogo político. São as normas e os procedimentos sobre as quais devem ser formuladas e implementadas as demais políticas públicas. Ex.: regras constitucionais diversas, regimentos das Casas Legislativas e do Congresso Nacional, etc.

Seguindo uma tipificação de linguagem cotidiana de políticas públicas, que distingue as políticas públicas de acordo com as suas características setoriais dinâmicas e agendas próprias de cada área setorial e tendo como critério o setor de atividade governamental onde as políticas públicas podem ser agrupadas de seguinte forma (RUA, ROMANINI, 2013):

- a) Políticas Sociais: aquelas designadas a ajudar o exercício de direitos sociais (como, por exemplo, a educação, segurança social, habitação, saúde, etc.);
- b) Políticas Econômicas: aquelas na qual o objetivo é a gestão da economia interna e a promoção do país na economia externa (como, por exemplo, o comércio exterior, política monetária, fiscal, etc.);
- c) Políticas de Infraestrutura: aquelas dedicadas a certificar as condições para implementação e a consecução dos objetivos das políticas econômicas e sociais (tendo como exemplo, energia elétrica, saneamento básico, oferta de água potável, combustível, política de transporte, tais como, rodoviário, hidroviário, ferroviário, aéreo, etc.);

- d) Políticas de Estado: aquelas que têm como objetivo garantir o exercício da cidadania, a ordem interna, a defesa externa e as condições essenciais à soberania nacional (segurança pública, defesa, etc.).

Para finalizar a explicação sobre políticas públicas, convém destacar algumas das suas características que visam: ampliar e efetivar direitos da cidadania, concebidos nas lutas sociais que passam a ser aceites institucionalmente; atendem aos problemas concretos (como, por exemplo, a fome, a doença, o desemprego); o dever de atender as necessidades sociais, direitos dos cidadãos (como moradia, alimentação, educação, segurança); respondem as demandas (como movimentos para assegurar medicação para portadores do Vírus HIV); têm objetivos específicos; regulam os conflitos entre os diversos atores sociais; utiliza-se de instrumentos próprios da democracia participativa (como, por exemplo, o voto, os conselhos, as conferências, as audiências públicas, dentre outras); existe uma temporalidade, ou seja, são pensadas para se efetivar durante certo período de tempo; ampliar e efetivar direitos de cidadania; promovem o desenvolvimento; alteram a situação existente (KEHRIGET al.,2014).

Como afirma Souza (2006):

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

Muitas das vezes, as políticas públicas acabam sendo deficitária, por causa dos baixos investimentos pelos entes federados responsáveis, má gestão, desvio de recursos públicos, fraudes, desvios de verbas por políticos corruptos, ou ainda pela própria vantagem econômica onde está posta. Como, por exemplo, a qualidade do SUS (Sistema Único de Saúde) no país, que enfrenta enormes dificuldades financeiras, poucos hospitais, mesmo o Estado tendo recursos financeiros. Ainda assim, a sociedade tem que ter interesse, na construção, avaliação, fiscalização e ampliação de serviços, projetos e ações, de maneira que, cada vez mais, o estado, governo e instituições públicas atendam as necessidades da população com dificuldades para o bem coletivo.

3 O CONCEITO DA JUVENTUDE NO BRASIL

Ao longo dos anos e dos processos históricos mais recentes, várias maneiras e significados são atribuídos ao conceito de juventude, segundo Fundo de População das Nações Unidas-UNFPA “o conceito de juventude refere-se à fase de vida situada entre a infância e a idade adulta. Trata-se, portanto, de uma etapa de aquisição das habilidades sociais, atribuições de deveres e responsabilidades e afirmação da identidade” (2010, p. 15). Embora a faixa etária em que situa a juventude varie de nação para nação, o modelo internacional adotado pelo Brasil, define a juventude como a idade compreendida entre 15 a 29 anos. A faixa supracitada encontra-se subdividida em três grupos de jovens, sendo a idade entre 15 a 17 anos caracterizada como adolescentes jovens, 18 a 24 como os jovens-jovens e a idade compreendida entre 25 a 29 anos, caracterizada como os jovens adultos. Conforme os princípios do modelo internacional, os dados da IBGE (2010), cerca de ¼ da população brasileira, que corresponde a cerca 50 milhões de cidadãos são considerados jovens.

Importa ressaltar, que a adoção da definição da juventude conforme as diretrizes do modelo internacional visam proporcionar possibilidades e oportunidades para um número maior de cidadãos (SOUZA; PAIVA, 2012). No entanto, é importante destacar que mesmo incluindo sujeitos de uma mesma faixa etária, a juventude possui características diferentes de acordo com o ambiente que os jovens estão inseridos. Com isso é possível perceber que não existe somente um tipo de juventude, mas juventudes ou grupos juvenis que formam em conjunto diversificados, com diferentes identidades, facilidades, oportunidades, dificuldades, poder na sociedade, individualidade de acordo com o contexto no qual os jovens estão enquadrados, mas é importante frisar que o termo juventude no plural, antes de mostrar que existem vários modelos de jovem, mostra que existem componentes comuns ao conjunto dos jovens (CASTRO; ABRAMOVAY, 2015,p.14).

O autor ainda salienta que:

As diferentes juventudes não são “estados de espírito” e sim uma realidade palpável que tem sexo, idade, raça, fases, uma época que passa cuja duração não é para sempre, ou seja, uma geração. Depende, fundamentalmente, de suas condições materiais e sociais, de seus contextos, de suas linguagens e formas de expressão.

Existe certa confusão gerada devido à definição da faixa etária, em relação aos primeiros anos (15 a 18 anos), onde duas leis se contrariam, a Lei 8.069/1990 que

estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e PL 4529/2004, Estatuto da Juventude, que põe os jovens como adolescentes ou os adolescentes como jovens.

Deste modo, para compreender quem é o jovem e descrever o seu papel na sociedade, explicando essa dúvida, pode-se questionar: que diferença existe entre jovens e adolescentes? Por que as faixas etárias de designações se cruzam? Para esclarecer estas perguntas deve-se primeiramente saber que o termo juventude é uma construção social, já a adolescência tem a ver com o procedimento físico do corpo, aspecto de formação de identidade, devido a seus desenvolvimentos fisiológicos provenientes da chegada da puberdade e de seus resultados que resulta na criação de uma nova identidade e autoimagem. (CORREIA JUNIOR, 2013)

Em relação a isso, Waiselfiz (2014, p. 5) esclarece que:

Tínhamos, desde 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que conceituava a criança como a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre 12 e 18 anos de idade. Mas sabíamos das largas diferenças pelas suas especificidades fisiológicas, psicológicas e sociológicas. Adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico durante o qual se acelera o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Já o conceito juventude resume uma categoria essencialmente sociológica, que remete ao processo de preparação para o indivíduo assumir o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, isto é, tanto na produção quanto na reprodução da vida humana.

Então, no mesmo momento em que o adolescente encontra-se envolvido no processo de descobrimento do seu “eu” e da transformação biológica, o jovem está em outra fase, o jovem avança e evolui em relação ao seu crescimento interno, concretização dos seus sonhos e alcance das suas metas. Comum, os jovens preocupam-se com as incertezas do futuro e em dar passos para o desenvolvimento da sua maturidade.

A juventude não pode ser vista apenas como etapas de preparação ou como uma fase de passagem para a vida adulta, tem que levar em conta que a juventude tem importância em si mesma, tem questões e características próprias que traduzem a individualidade de gerações que as diferenciam de outras faixas etárias (LOMBARDI, 2013).

Por isso os autores como Abramovay e Castro (2015, p.13), defendem que a juventude:

É uma construção histórica e social e não meramente uma condição etária, parte de um determinado ciclo de idade. Cada época e cada cultura postulam diferentes maneiras de ser jovem, sobre determinadas por dentro de situações sociais e culturais específicas.

Nota-se que com esse crescimento da juventude em direção à fase adulta, os problemas sociais vão se tornando maior, determinando e influenciando o seu percurso. A sociedade, a família, a cultura, o primeiro emprego, o desemprego, a formação acadêmica e profissional, etc, isso tudo contribui para formação do jovem, fazendo com que processo do adolescente do “eu”, vá se perdendo e dando espaço para pensamentos mais coletivos que repercutem em toda sociedade (CORREIA JUNIOR, 2013).

No entanto Souza e Paiva (2012) admitem que:

Não existe uma concepção social única que caracterize e delimite o grupo geracional no qual os jovens estão inseridos, visto que se trata de uma categoria em permanente construção social e histórica. Assim, cabe falar em diferentes juventudes, que possuem a construção da identidade como questão central, mas que se destacam no imaginário social a partir de múltiplas referências da sociedade.

A juventude representa um grupo expressivo, que em grande parte não usufrui dos serviços públicos básicos como: a saúde, a educação, a moradia, o lazer e o transporte público, que são fundamentais para o pleno exercício da cidadania.

Diante disso, o Estado, nomeadamente a partir de 2003, começa a prestar atenção a esse público e busca resolver a essas demandas através das políticas públicas, numa tentativa de minimizar os obstáculos que separam essa população historicamente excluída do restante da população (LOMBARDI, 2013).

É precisamente na juventude que a sociedade coloca as maiores esperanças e expectativas para um mundo melhor no futuro, no entanto, também é nesse segmento juvenil, que lamentavelmente existe mais incidentes dos principais problemas enfrentados na atualidade. Ou seja, associam-se os jovens com a imagem de liberdade, de aventura, de experimentação, das coisas boas da vida, de prazer, da descoberta, mas associa-se também à violência, à irresponsabilidade, ao crime, imaturidade, às drogas, em suma, aos problemas. Realmente é no meio dos jovens que estão as maiores taxas de usuários de álcool, drogas e cigarros, provocadores e vítimas de acidentes de transporte/viação os que mais entram para o crime e os que mais sofrem com o desemprego.

Essa controvérsia entre esperança dos jovens e a infeliz realidade urbana vivenciada encontrada nas estatísticas, ocasiona necessidade civil, estabelecer programas, planos e ações voltadas a proteger, amparar, capacitar, ajudar e criar possibilidades para os jovens, de maneira a mudar os números alarmantes. Portanto, esses conjuntos de programas, planejamento e ações do governo juntamente com apoio da população constituiriam políticas públicas para a juventude.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL-PPJ

Depois de entender o papel das políticas públicas e saber o que é juventude na sociedade brasileira, abordar-se-á acerca das Políticas Públicas para Juventude-PPJ, que é o foco deste trabalho e necessário para a compreensão do mesmo.

Políticas públicas para juventudes entendem-se como: planos, programas, ações, projetos provenientes do poder público com objetivo de atender a um grupo de cidadãos focalizadamente, diminuindo ou eliminando problemas e dificuldades sociais que estão afetados ou poderão vir afetar a essa parcela da sociedade, a juventude, conhecida popularmente como o “futuro da nação” (FIALHO; CACAU, 2016).

Para começar faz-se necessário fazer uma síntese histórica sobre as políticas públicas para juventude no Brasil.

Nos últimos anos, os projetos e programas governamentais e não governamentais focados na questão da Criança e Adolescente, sobretudo, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), desenvolveram intensamente. No entanto, os maiores de 18 anos, por outro lado, continuaram ignorados pelo Estado, mantendo-se excluídos do centro das ações públicas e sociais, sem usufruir de uma política setorial, originando um grande debate na área de políticas de inclusão, visto que a própria juventude via-se especificamente escluída.

A ONU (Organização das Nações Unidas) elegeu o ano 1985 como o “ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz”. O tema foi alvo de bastante atenção e de preocupação por parte de vários países da América Latina, com isso deram início a preparação de políticas para os jovens.

Dez anos depois, no Brasil, as discussões relacionadas com o tema se fortaleceram, fazendo com que as organizações fossem em busca de programas, projetos, ações ligadas somente para a juventude.

Nos anos 2002 e 2003, ONGs e UNESCO, apoiaram algumas universidades que se dedicaram ao debate sobre o tema, trazendo inúmeras discussões, fazendo publicações, estudos, lançando pesquisas, teleconferências, que de alguma maneira ajudassem na criação de informações e referências para as políticas públicas para juventude. A Comissão Especial de Juventude, ainda no ano de 2003, começa vastas discussões voltadas para ajudar a criação de um Plano Nacional de Juventude e de um Estatuto de juventude, que elimina a proposta dos projetos de Lei nº 4.529 e 4.530 de 2004.

Em 2004, depois de diversas reuniões estaduais, ocorreu a Conferência Nacional de Juventude, desenvolvida pela Câmara dos Deputados. O evento teve como a Emenda Constitucional nº 65, que alega a juventude como público prioritário para políticas (BRASIL, 2011).

O período entre os anos de 2003 a 2010 foi considerado como produtivo em estudos, programas, ações e serviços para o desenvolvimento das Políticas Públicas para Juventude. Os projetos governamentais juntaram-se com os de organizações de juventude nacionais e internacionais, para realização de pesquisa sobre os problemas juvenil, tendo colaboração de especialistas, que desenvolveram um banco de dados, apoio para a elaboração das políticas.

Em 2005, são concretizadas as primeiras ações de uma Política Nacional de Juventude, momento da criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), pelo então presidente Lula, através da Lei nº11.129/2005.

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) tem como função a integração das ações para os jovens, a formulação, supervisão, coordenação e articulação das políticas públicas para a juventude e responsável pelo trabalho conjunto com outros Ministérios e Secretarias. Além disso, é da sua competência promover e articular programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para o desenvolvimento juvenil e também de promover a construção de políticas públicas para a juventude na esfera estadual, distrital e municipal. Tem como missão institucional:

Promover a participação social como método de governo, articulando e fortalecendo as políticas públicas de juventude, o protagonismo dos movimentos sociais e das entidades da sociedade civil, a fim de impulsionar a organização popular e a disseminação dos valores democráticos, solidários, inclusivos e sustentáveis (BRASIL, 2010a, p. 14).

Com a criação da Secretaria Nacional de juventude, as políticas públicas para juventude têm reconhecido os jovens como um sujeito político e de direitos.

Já o CONJUVE é um órgão representativo, formado por 60 membros, sendo 20 indicados e representantes do poder público e 40 são eleitos em assembleia pela sociedade civil, possuindo atribuição de formular e apresentar diretrizes direcionadas para políticas públicas de juventude, assessorar a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) da Secretaria-Geral da Presidência da República na formulação de diretrizes da ação governamental, promover estudos e pesquisas acerca da realidade sócioeconômica juvenil. Os

representantes do poder público, além da SNJ, consideram também todos os ministérios que possuem programas e ações voltados para os jovens (BRASIL, 2014).

Além disso, foi responsável pela elaboração da Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas (2006), 1ª Conferência Nacional de Juventude em 2008, 2ª Conferência Nacional de Juventude em 2011, 3ª Conferência Nacional de Juventude em 2015.

Com essa nova forma de ver a juventude, como uma classe composta por cidadãos de direitos, em 2004, teve como grande importância à criação, do grupo interministerial – constituído por 19 ministérios e coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. Este mesmo grupo formulou os principais programas federais para esse segmento populacional e diagnosticou a situação dos jovens brasileiros, no qual foram identificados desafios para nortear a realização da Política Nacional de Juventude:

- Ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade;
- Erradicar o analfabetismo;
- Preparar para o mundo do trabalho;
- Gerar trabalho e renda;
- Promover uma vida saudável
- Democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação;
- Promover os direitos humanos e as políticas afirmativas;
- Estimular a cidadania e a participação social; e
- Melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais.(BRASIL, 2006a, p. 8).

Ainda no ano 2005, sob a Lei nº11.129, de 30 de junho de 2005, criou-se o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, no qual foi reformulado no ano 2007 e passou a ser intitulado Projovem Integrado, subdividido em quatro categoria direcionadas aos jovens com diferentes perfis e gerenciado por um órgão federal com ação conjunta dos estados e municípios: Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Campo, Projovem Trabalhador.

No entanto, a questão Juventude Brasileira foi anexada na Carta Magna, apenas depois com a aprovação da Emenda Constitucional nº 65/2010, na qual houve alteração do título do Capítulo VII a título VIII da constituição Federal, trazendo ao artigo 227 da Carta Magna nova composição, de maneira a incluir, as garantias dos direitos fundamentais e sociais constitucionalmente definidos para os jovens, e não somente a criança e ao adolescente (FIALHO;CACAU, 2016).

Todas essas discussões tiveram como resultado, a aprovação e à promulgação da Lei nº 12.852/2013 (Estatuto da Juventude) de 5 de agosto do ano 2013 que determina os

direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes de política pública de juventude, o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve) e não esquecendo de destacar que também tiveram como resultado, à instituição do Comitê Interministerial da Política de Juventude, mediante o Decreto nº8.074, de 15 de agosto do mesmo ano, composto pelos Ministérios da Educação, Trabalho e Emprego, Cultura, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à fome, Saúde e Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

No Brasil a população jovem, não tinha políticas públicas unicamente voltadas para si, somente nos últimos anos as necessidades da juventude passaram a fazer parte das agendas das políticas públicas, com diversas iniciativas voltadas unicamente a essa geração.

No artigo 2º, da lei nº 12.852/2013 (Estatuto da Juventude) determina que políticas públicas devem ser regidas através de seguintes princípios:

- i. Promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- ii. Valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- iii. Promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- iv. Reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- v. Promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- vi. Respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- vii. Promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- viii. valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Quando se discute tópicos apresentados acima, tais como o de promoção da autonomia, participação social e política, direitos universais, geracionais e singulares, desenvolvimento integral etc, depara com conceitos ricos teoricamente, mas que são pouco trabalhados, legalmente.

Ao tratar de desenvolvimento integral do jovem é importante dizer que, o jovem deve ser visto no seu aspecto integral, e não de forma parcial. Com isso pode-se constatar que no livro *Política Nacional de Juventude – Diretrizes e Perspectivas*, o assunto foi segmentado, com objetivo de analisar três importantes perspectivas da vida de jovens: desenvolvimento Integral (educação, trabalho, cultura e tecnologias da informação e comunicação); Qualidade de Vida (baseia-se em saúde, meio ambiente, lazer e esporte) e

Vida Segura (consiste em respeito aos direitos humanos e à valorização da diversidade). O assunto sobre desenvolvimento integral do jovem dá conhecer que a percepção de que muitas são as dimensões importantes na vida de cada um, para a construção e formação de trajetórias e identidades. (BRASIL, 2006b).

O Estatuto da juventude também assegura progressos na questão de direitos para segmento de juventude e engloba também conceito e ideias, pouco aplicados ou há pouco tempo no debate social, por exemplo, quando se trata da diversidade individual e coletiva, experimentação e respeito à identidade. (CORREIA JUNIOR, 2013)

Para tal, os responsáveis que trabalham ou irão cooperar com o segmento de juventude, elaborando políticas públicas específicas ou ações e programas para segmento, terão que se orientar de acordo com as diretrizes do Estatuto da juventude, lei nº 12.852/2013 que são elas:

“Art. 3º Os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar as seguintes diretrizes:

I – desenvolver a intersetorialidade das políticas estruturais, programas e ações;

II – incentivar a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação;

III – ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios;

IV – proporcionar atendimento de acordo com suas especificidades junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, visando ao gozo de direitos simultaneamente nos campos da saúde, educacional, político, econômico, social, cultural e ambiental

V – garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre;

VI – promover o território como espaço de integração;

VII – fortalecer as relações institucionais com os entes federados e as redes de órgãos, gestores e conselhos de juventude;

VIII – estabelecer mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude;

IX – promover a integração internacional entre os jovens, preferencialmente no âmbito da América Latina e da África, e a cooperação internacional;”

Dessa maneira, os agentes ou os responsáveis que trabalham ou irão cooperar e trabalhar com o segmento da juventude, devem ou deverão optar e orientar-se conforme Estatuto, no qual as diretrizes são obrigatórias para consolidação dos direitos da juventude e a elaboração da emancipação.

Mas quando se assegura o princípio da autonomia, do artigo segundo, tem-se esperança que, na prática, a própria juventude, apoiada por lei e amparada pelo Estado, seja capaz de propiciar novos caminhos a própria e aguardada transformação social,

umentando dessa forma também, a atuação dos Assistentes Sociais pela luta do projeto ético-político da profissão e para a consolidação dos direitos. (CORREIA JUNIOR, 2013)

No sentido de análise das políticas públicas para juventude na esfera do governo federal, observou-se a necessidade de distingui-las em: *políticas estruturais*, que são as políticas continuadas e relacionadas à garantia de direitos fundamentais, tais como: aumento do acesso ao ensino superior e médio, aumento do ensino profissional; expansão do ensino de jovens e adultos etc.; *os programas* são programas governamentais, subordinados ou não às políticas estruturais, com prazo de existência definido e visam atuar sobre uma realidade social específica ou limitada, tendo como exemplo: Escola Aberta; Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem); Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para os jovens (Pronaf Jovem) etc.; e as *ações* que se designam a um público determinado ou têm um curto prazo e articulam-se ou não às políticas estruturais e aos programas, exemplo: Consórcio Social da Juventude; Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM); Pontos de Cultura (Cultura Viva) etc. Mas apenas os Programas e algumas Ações são considerados políticas de juventude, ou seja, aquelas que as políticas se preocupam e são voltadas para cidadãos nascidos entre 15 e 29 anos atrás (BRASIL, 2006b).

Segundo Costanzi (2009) existem duas noções fundamentais, que orientam o eixo articulador da atual política de juventude: oportunidades e direitos.

Assim sendo, as ações e programas objetivam oferecer oportunidades e garantir os direitos aos jovens brasileiros. Desse modo, considera-se necessária a oferta de meios para aquisição de capacidades (acesso à educação e à qualificação profissional) e para garantia de direitos e oferta de serviços que atendam às diferentes necessidades dos jovens de ambos os sexos.

4.1 Alguns programas e ações para juventude ao nível nacional

No Brasil, existe uma grande variedade de programas e ações direcionados para a juventude, que visa beneficiar os variados aspectos da vivência juvenil. Esses programas e ações podem ser tanto nos níveis de governos federal, estadual e municipal quanto do setor privado. Dessa forma, este capítulo faz um levantamento de alguns desses programas e ações existentes para a juventude.

4.1.1 Programas para educação

Consoante à análise feita, pode-se afirmar que há iniciativas tanto na educação básica, quanto no ensino superior.

Quanto às iniciativas governamentais para a educação básica existe o Programa Escola Aberta (desde 2004), que proporciona espaços alternativos nas escolas, aos finais de semana, para o desenvolvimento de atividades educacionais, esportivas, culturais, de lazer, geração de renda, informática e formação para a cidadania, com o objetivo de estreitar as relações entre escola e comunidade e o acesso às oportunidades de formação para a cidadania, tendo como público alvo os alunos da Educação Básica da rede pública e suas comunidades, localizadas em regiões urbanas de risco e vulnerabilidade social e tem como órgão responsável o Ministério da Educação-(MEC) /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) em parceria com Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Ministérios da Cultura (MINC), do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério do Esporte. Vale também destacar o Programa Mais Educação, que fomenta a prática de atividades complementares para a promoção da educação integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, visa promover complementação à educação básica, para alunos da rede pública, tais como: crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. (BRASIL, 2011).

Já na esfera do ensino superior, cabe frisar os programas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como o Programa Universidade para Todos (Prouni), que desde 2004 disponibiliza bolsas de estudos integrais ou parciais em instituições privadas de ensino superior, em contrapartida, as instituições que aderirem beneficiam de isenção de alguns tributos, visa popularizar o acesso ao ensino superior. Os bolsistas são selecionados pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e também pelo seu perfil socioeconômico. A bolsa integral é para jovens de escola pública com renda familiar per capita de até um salário mínimo e a bolsa parcial (50%) concedida para jovens de escola pública com renda familiar per capita de até três salários mínimos (COSTANZI, 2009, p.101). Além do Prouni, tem-se também o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que visa assegurar condições necessárias para ampliar o acesso, a permanência e a realização de cursos na educação superior. As ações do programa beneficiam o aumento de vagas nos cursos de

graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país, com meta de ofertar o ensino superior a 30% dos jovens de 18 a 24 anos, até o final da década. (BRASIL, 2011).

4.1.2 Programas de elevação de escolaridade e/ou formação para o trabalho

O Ministério da Educação (MEC) desenvolve vários programas direcionados ao aumento da escolaridade e da qualificação profissional, que também beneficiam os jovens, apesar de que nem todos estejam voltados especificamente a eles.

Tem-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) que foi instituído pelo Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, e propõe ampliar o número de formação em curso de educação profissional e aumento da escolaridade. O Proeja tem como princípio educativo o trabalho, a partir da proposta de integração da educação profissional à educação básica, visando à superação da dualidade trabalho manual e intelectual. O programa visa assegurar o ingresso, a permanência e a conclusão do ensino com qualidade, incluindo o acesso à formação profissional a trabalhadores que não cursaram o ensino médio na idade regular. Destinando-se aos Jovens e adultos, com mínimo de 21 anos, que não tiveram acesso à escola, ou foram excluídos ou que estão em defasagem idade/série ou que dela foram excluídos precocemente (COSTANZI, 2009).

O projeto Soldado Cidadão criado em 2004, com objetivo de conceder qualificação profissional e formação complementar para jovens brasileiros ligados às Forças Armadas, a ingressar no mercado de trabalho após deixarem o serviço militar. Os cursos garantem qualificação profissional e social e permite que os jovens aprendam várias profissões em diversas áreas, e é desenvolvido em todo o território nacional, mediante convênios e contratos firmados pelos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica com diversas entidades parceiras, além do Ministério de Defesa, beneficiando uma média de 20 mil jovens por ano (BRASIL, 2010b).

4.1.3 Programas de Esporte, cultura, meio ambiente.

Segundo Costanzi (2009) o governo desenvolve várias ações quer no campo cultural, quer no lazer como no meio ambiente, que têm auxiliado os jovens na inserção

no mundo do trabalho, além de contribuir para o desenvolvimento da cidadania e da sociabilidade. Dos programas do Ministério do Esporte que estimulam as práticas esportivas para juventude, cabe destacar dois: Programa Bolsa Atleta e o Segundo Tempo.

O Programa bolsa Atleta tem como objetivo oferecer ajuda financeira e oportunidades a atletas de alto rendimento que não possuem patrocínio, possibilitando-lhes condições para que se dediquem ao treinamento esportivo para desenvolvimento pleno de sua carreira esportiva e de participarem de competições. A bolsa tem duração de doze meses, e pode ser prorrogado por igual período. O programa tem quatro categorias: estudantil, nacional, internacional e olímpica e paraolímpica, destinado as pessoas a partir de 14 anos. (BRASIL, 2011, p.).

Já o Programa Segundo Tempo visa democratizar o acesso a pratica esportiva e de lazer e utilizá-lo como instrumento de inclusão social, através de desenvolvimento de varias atividades, no contra-turno escolar, como a prática de esporte, reforço escolar, supervisão pedagógica e complemento alimentar para estudantes (crianças, adolescentes e jovens adolescentes) da rede pública expostos a risco social. O projeto é desenvolvido mediante convênio com entidades públicas (federais, estaduais, distritais ou municipais) e privadas sem fins lucrativos que tenham, mais de três anos de atuação na área de abrangência do Projeto apresentado. As propostas passam por um processo de seleção e classificação (BRASIL, 2010b).

É notável que os dois programas descritos têm como objetivo estimular à realização da prática esportiva pelos jovens, favorecer inclusão social e a inserção no mundo do trabalho através do esporte.

A seguir descreve-se o Programa “Cultura Viva”, do Ministério da Cultura voltado para a área cultural.

Conforme descrito no Guia de Políticas Públicas de juventude:

O programa viabiliza os recursos para instalação dos Pontos de Cultura apoiando a aquisição de material multimídia e a realização das iniciativas culturais voltadas à população de baixa renda, em especial jovens de 17 a 29 anos. O objetivo é fortalecer as manifestações culturais e a produção audiovisual nas comunidades e escolas priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social. O acesso ao programa ocorre mediante convênio do Ministério da Cultura e os governos estaduais e municipais, por meio de edital público. Já a participação da sociedade civil, parceira das atividades dos Pontos de Cultura, é articulada pelos governos estaduais e municipais. A formação do “agente cultura viva” é uma das principais estratégias do Programa. O objetivo é formar os jovens para que atuem como multiplicadores nos Pontos de Cultura estimulando ações que promovam a geração de emprego e renda na própria comunidade. Cada Ponto de Cultura conta com o apoio de quatro agentes que

recebem o auxílio financeiro de R\$ 380,00 durante 12 meses (BRASIL, 2010b).

Para que a população tenha mais acesso a atividades culturais e até mesmo produção de bens e serviços, as comunidades dispõem de pontos que estimulam ações culturais. Como é o caso do programa “Cultura viva” do Ministério da cultura que incentiva a prática de ações culturais de forma a ampliar tais acessos já mencionados. Essa iniciativa pode ter um embate positivo no que tange á inclusão dos jovens no mercado do trabalho, além de garantir o seu direito á cultura, tem mais de 695 pontos de cultura espalhado por todo País (COSTANZI, 2009).

Com o objetivo de buscar formas que possam chamar atenção dos jovens para os problemas relacionados ao meio ambiente, como a degradação do meio ambiente, a falta de consciência ambiental e aos impactos negativos do aquecimento global, o Ministério da Educação e do Meio Ambiente com parceria da Secretaria Nacional da juventude desenvolveram programa voltado para o meio ambiente, formação de lideranças juvenis e à educação ambiental, denominado Programa Juventude e Meio Ambiente criado em 2005.

O programa é destinado aos jovens com idade entre 15 e 29 anos, com objetivo de formação de lideranças juvenis, para trabalhar em atividades voltadas para o meio ambiente, incentivando-os a se dedicarem em atividades ligadas à proteção do meio ambiente, de educar para a sustentabilidade socioambiental, mas também procura colaborar na inserção de jovens no mercado de trabalho. Como estratégia foram criados, em todos os estados brasileiros, os Conselhos Jovens de Meio Ambiente, compostos por lideranças de diversos movimentos e organizações, destinaram os jovens a cuidarem do meio ambiente e a conscientização ambiental da juventude (COSTANZI, 2009).

4.1.4 Programas voltados ao Mercado de Trabalho

Acerca de programas para inserir o jovem no mercado de trabalho tem-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Joven-Pronaf Jovem que é destinado aos jovens agricultores e os seus familiares com idade entre 16 e 29 anos, com objetivo de financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância; o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio; ou que tenham participação de curso ou estágio de formação

profissional de, no mínimo, 100 horas. O limite de crédito de Pronaf Jovem é R\$ 6.000,00, e pode ser concedido apenas um empréstimo a cada beneficiário, com encargos financeiros de 1% ao ano e prazo de reembolso de até 10 anos. Concebe até mais cinco anos de carência quando o projeto técnico comprovar a sua necessidade ou em outros casos até três anos (COSTANZI, 2009).

Também há ações que compõem o Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (SPTER), de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), direcionado aos trabalhadores em geral e visa promover mais e melhores oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda, ajudam os trabalhadores em geral, igualmente àquelas voltadas para promoção da economia solidária.

4.1.5 Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem)

O Projovem foi criado em 2005, com a finalidade de concretizar ações para jovens, de ampliar grau de escolaridade e a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, estimular a inserção produtiva e o desenvolvimento de ações comunitárias. Na primeira fase era destinado aos jovens com idade entre 18 e 24 anos, mas após reformulação e ampliação do projeto, passou a abranger jovens com idade de 15 a 29 anos que em sua maioria, as suas famílias são beneficiárias do auxílio Bolsa Família. Por um período de 12 meses era oferecido um curso de elevação de escolaridade, qualificação profissional e ação comunitária além de um auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 100,00 para os beneficiários.

No ano 2007, uniu-se com outros seis programas direcionados para juventude: o próprio Projovem, Juventude Cidadã, Agente jovem, Escola de Fábrica, Saberes da Terra e Consórcio Social da Juventude, e junto atenderam entre 2007 e 2008, 683,7 mil jovens. A partir da integração dos programas e o resultado da parceria direta entre o governo federal, os estados e municípios surgiram diferentes modalidades por meio de subdivisões do Projovem: o Projovem Urbano, o Projovem Campo, o Projovem Adolescente e o Projovem Trabalhador, com o objetivo de ampliar o atendimento a um número maior de jovens, assegurando-lhes a volta à escola e a qualificação profissional, além de inseri-los em ações de cidadania, cultura, esporte e lazer. (COSTANZI, 2009).

O Projovem Urbano:

Destina-se a jovens de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental. Oferece elevação de escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, participação em

ações de cidadania e uma bolsa mensal de R\$ 100,00. Com duração de 18 meses, é executado pela Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República. A modalidade é executada mediante convênios firmados entre a Secretaria Nacional de Juventude, estados e municípios. Nas cidades com mais de 200 mil habitantes a parceria é feita diretamente com a Prefeitura Municipal. Já nas cidades menores, essa parceria é firmada com o governo do estado, que viabiliza a chegada do Programa nas cidades menores. Projovem Urbano atendeu cerca de 350 mil jovens e em 2010 atenderá outros 156 mil, superando a marca de 500 mil jovens beneficiados. (BRASIL, 2010b, p.7).

O Projovem Campo é:

Executado pelo Ministério da Educação, a modalidade oferece elevação de escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, e capacitação profissional de jovens de 18 a 29 anos que atuam na agricultura familiar. O curso tem duração de 24 meses e é ministrado conforme a alternância dos ciclos agrícolas, respeitando o período em que os alunos trabalham no campo. O programa é desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais de educação e uma rede de instituições públicas federais, mediante convênios firmados com o MEC. Resultados Em 2009, o programa atendeu mais de 22 mil jovens. Em 2010 cerca de 63 mil serão beneficiados. (BRASIL, 2010b, p.8)

O Projovem Trabalhador:

Sob-responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem por objetivo preparar o jovem de 18 a 29 anos para o mercado de trabalho. Podem participar jovens desempregados e que integram famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Os cursos de qualificação são de 600 horas/aula, e os alunos recebem o auxílio financeiro de R\$ 100,00 durante seis meses. A modalidade é executada mediante convênio firmado pelo MTE com os estados e municípios. Resultados Em 2009 foram atendidos cerca de 163 mil jovens. Em 2010, outros 217 mil serão beneficiados pelo programa. (BRASIL, 2010b, p.9).

E por fim o Projovem Adolescente que é:

Executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), destina-se a jovens de 15 a 17 anos em situação de risco social, independentemente da renda familiar, ou que integram famílias beneficiárias do Bolsa Família. Com duração de 24 meses, oferece proteção social básica e assistência às famílias, visando elevar a escolaridade e reduzir os índices de violência, uso de drogas, das doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce. Os municípios interessados no Programa devem observar os seguintes critérios: • estar habilitado nos níveis de gestão básica ou plena do Suas; • possuir Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em funcionamento e registro no Censo do CRAS; • apresentar a demanda mínima de 40 jovens que pertençam a famílias beneficiárias do Bolsa Família.(BRASIL, 2010b, p.9).

Embora, em grande parte das vezes, esses programas sejam genéricos e de âmbito federal, a implementação dos mesmos pode ser alterada conforme realidade socioeconômica e as necessidades e características locais.

No capítulo a seguir, é dado a conhecer, o caso da cidade de Redenção, nomeadamente, a conjuntura, o perfil socioeconômico, os programas adotados e os constrangimentos observados.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

As políticas públicas voltadas à juventude estão cada vez mais abrangentes, elas têm favorecidos aos jovens de diversas maneiras e proporcionado, variadíssimas oportunidades aos jovens. É perceptível o reconhecimento dos jovens como sujeito de direito e como parte importante da sociedade.

Em face a esta situação fez-se necessário realizar um estudo sobre as políticas públicas de juventude existente no município de Redenção, buscando compreender como são formuladas.

Redenção é uma cidade do interior de Ceará, localizada na região do Maciço de Baturité, e ao redor das margens dos Rios Acarape e Pacoti, situada cerca de 55 quilômetros da capital Fortaleza. É a primeira cidade do Brasil a libertar os escravos, o fato histórico aconteceu no dia 25 de março 1884, quatro anos antes da assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel. Os seus primeiros habitantes eram os índios tapuias que se deslocaram de Jaguaribe para viver as margens do Rio Pacoti.

A cidade de Redenção era conhecida como Vale do Acarape e foi alterado pela Lei provincial de 17 de agosto de 1889, de Acarape para Redenção (BRASIL, 2015).

O município tem quatro distritos: Redenção (sede), Antônio Diogo, Guassi e São Geraldo. Sua economia é baseada na agricultura (plantio de banana, plantação da cana-de-açúcar, feijão e milho), pecuária (avícola, bovinos e suínos) e estabelecimentos comerciais, principalmente as lojas dos ramos de movéis, eletrodomésticos e alimentícios. Contudo, o setor público é o que mais emprega os trabalhadores da cidade.

Conforme a base dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2010), a população da cidade era de 26.426 habitantes, sendo que, 13.290 era do sexo feminino e 13.133 do masculino e com uma população de pouco mais de 7.193 jovens, de faixa etária entre 15 e 29 anos, cerca de 27% dos habitantes, com per capita de R\$ 7353,56, o FPM-Fundo de Participação do Município de R\$ 12.505.292,08 e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,627, considerado Desenvolvimento Humano médio (IDHM de 0,555 a 0,699). O município não dispõe de nenhuma programação voltada para os jovens.

5.1 Formulação das ações da 2ª Conferência Municipal de Políticas Públicas de Juventude

A 2ª Conferência Municipal de Políticas Públicas de Juventude de Redenção em 2011 foi instituída pelo Decreto nº29/2011 de 30 de setembro de 2011, na gestão da Prefeita Francisca Torres Bezerra, em atendimento aos Decretos Presidenciais de 12 de agosto de 2010 e de 18 de abril de 2011, que teve como objetivo: avaliar as políticas públicas de juventude; apresentar as diretrizes; discutir o Sistema Municipal, Estadual, Nacional e o Plano Municipal; mobilizar o município para aperfeiçoar a estruturação das políticas pública de juventude e promover ampla mobilização, articulação e participação popular. É importante salientar que essa foi a última atividade realizada no município sobre políticas públicas de juventude. Embora várias decisões tenham saído da conferência, as mesmas não foram colocadas em prática, a sua própria realização apenas obedeceu ao cumprimento de requisitos legais. Como bem mostra o entrevistado:

[...] o relatório da conferencia realizada em 2011, não foram colocados em praticas. Bem dizer a conferência só foi realizado, porque foi um pedido feito, acima de um decreto, mas nunca pôs em prática [...] (Entrevistado I).

Uma das razões para o fracasso na implementação das decisões constantes no relatório da conferência de 2011 é a falta de autonomia administrativa patrimonial e financeira da Secretaria de Esporte e juventude. Segundo um dos entrevistados:

[...]a secretaria de esporte e juventude daqui de Redenção, ela foi criada, alias, ela na prática não existe, é conjugado com a Educação, praticamente a secretaria não tem recurso próprio [...] (Entrevistado I).

As atividades realizadas pela secretaria são bastante limitadas, um dos entrevistados relata que:

[...] o que faz movimentar a secretaria de esporte são as competições de futsal, realizadas em maio, e o projeto Bola de Meia [...] as políticas públicas quanto à juventude aqui, se resume em atividades esportivas (Entrevistado I).

Com isso, pode-se considerar uma situação de carências na secretaria que é um dos órgãos mais importantes em relação às políticas públicas para os jovens.

5.2 Programas no Município

No presente estudo foi possível constatar quais são programas respeitantes á juventude existente atualmente no município. Abaixo são apresentados os programas e as

respectivas instituições que estão diretamente relacionadas com a formulação dos mesmos.

5.2.1 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Centro de Referência de Assistência Social – CRAS-SEDE que é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social. CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

O CRAS oferece programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias-PAIF, o programa não é direcionado apenas para a camada juvenil, mas também para crianças e idosos.

O SCFV realiza atendimentos em grupo, a partir de faixas etárias:

- ❖ Crianças até 6 anos
- ❖ Crianças e adolescentes de 6 a 14 anos
- ❖ Adolescentes de 15 a 17 anos
- ❖ Pessoas Idosas

São realizadas atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.

O programa é aberto aos usuários da Política de Assistência Social, porém estão previstas algumas situações prioritárias, definidas na Resolução CIT Nº 01/2013 para inclusão no SCFV. Considera-se situação prioritária para inclusão no SCFV, as crianças, adolescentes, jovens e pessoas idosas:

- ✓ Em situação de isolamento;
- ✓ Trabalho infantil;
- ✓ Vivência de violência e, ou negligência;

- ✓ Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
- ✓ Em situação de acolhimento;
- ✓ Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- ✓ Egressos de medidas socioeducativas;
- ✓ Situação de abuso e/ ou exploração sexual;
- ✓ Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- ✓ Crianças e adolescentes em situação de rua;
- ✓ Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência;

Ao CRAS da Sede de Redenção é disponibilizado 12 coletivos do SCFV, dentre estes, 02 atendem o público de 0 a 06 anos de idade, totalizando 41 crianças; 06 coletivos do SCFV atendem o público de 06 a 17 anos de idade, totalizando 158 crianças/adolescentes; 01 coletivo atende o público com mais de 60 anos em situações de vulnerabilidade social, sendo estes 35 idosos. Com base nos dados levantados 97% das crianças/adolescentes fazem parte de grupos familiares beneficiários do programa Bolsa Família e destes 65% estão em situação de extrema pobreza. De acordo com o Diagnóstico Socioterritorial desenvolvido pela equipe do CRAS Sede 72% das crianças/adolescentes atendidos pelo SCFV são moradores das comunidades que apresentam altos índices de violência, criminalidade e drogadicção.

O CRAS trabalha de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais 2009 e demais Normas Técnicas nas ofertas de serviços, ações, benefício, dentre outros, abordando diversas temáticas que visem alcançar os objetivos propostos pelas normas e legislações vigentes. As atividades socioeducativas são desenvolvidas com base em planejamentos semanais com a equipe técnica de referência dos serviços socioassistenciais (técnicos de nível superior - assistente social e psicólogo - e técnico de nível médio - orientador-educadores sociais, arte-educadores e oficinairos) tendo em vista as potencialidades e vulnerabilidades do público que é atendido pelos coletivos do SCFV.

No que tange ao público jovem, o SCFV trabalha com jovens de 15 a 17 anos, que são co-financiados por meio do PROJOVEM Adolescente, desenvolvendo temas como: convivência familiar e comunitária, protagonismo juvenil, mercado de trabalho, DST's, preservação do patrimônio público, direitos e deveres na adolescência, questões de gênero

e identidade, preconceito e discriminação, combate ao uso de drogas, e demais datas sociais significativas e pertinentes a esta faixa etária.

Conforme foi dito por um dos entrevistados, eles trabalham com:

[...] Dois coletivos, um pela manhã, um pela tarde, eles se reúnem duas vezes por semana no Cras, para desenvolver oficinas tanto teóricas como oficinas práticas, práticas de esportes, com objetivo de fortalecer os vínculos, de encaminhar para o mercado de trabalho, com objetivo de trazer novas possibilidades, de trazer desenvolvimentos para esses jovens [...] (Entrevistado B).

5.2.2 *Projeto Bola de Meia-1997*

A Secretaria de Esporte e Juventude é responsável pelo projeto BOLA DE MEIA, que foi formulada em 1997, com intuito de amenizar parte de alguns problemas levantados na cidade, tais como: a desigualdade social, abusos familiares, fome, preconceito, violência nas ruas e a ociosidade. Esse é o primeiro e é único projeto oferecido pelo órgão, que utiliza de várias modalidades esportivas como ferramenta somatória no processo educativo dos meninos e jovens das escolas do município, sendo avaliados os resultados quantitativos e qualitativos dos mesmos, na área de educação física escolar, além de representar a cidade em diversas competições esportivas, solucionando assim um dos grandes problemas, a ociosidade. Além de trabalhar com a vertente educacional, também tem como propósito: preencher o tempo dos alunos e incentivá-los a praticar esporte, reforçar o atendimento aos atletas e professores; evitar a evasão escolar através do esporte; reforço e complemento de atendimento aos atletas dentro de suas categorias.

O projeto visa utilizar a prática das modalidades como ferramenta de formação integral dos futuros atletas. Este projeto visa o alcance de diversas finalidades. Tais como:

- Aumentar a prática do esporte nos Centros Educacionais de todo município;
- Utilização do esporte como ferramenta para o desenvolvimento social; através Reduzir o preconceito existente em torno do público feminino, tornando atividade prazerosa para esse público;
- Promoção da saúde das crianças e jovens, através de prática esportiva monitorada e segura;
- Contribuir de forma eficaz para a diminuição da individualidade;
- Estimulo e valorização do trabalho em equipe, para que todos os envolvidos possam conviver com a diversidade humana;

O projeto trabalha com as crianças e jovens integrantes da faixa etária de 07 a 10 anos da faixa etária de 11 a 14 anos e dos 15 a 17 anos, desde que os mesmos estejam devidamente matriculados nas escolas.

O projeto oferece cursos profissionalizantes com o intuito de capacitar os atletas, e também fornece a esses atletas o atendimento médico e odontológico. Esses privilégios visam garantir uma boa qualidade de vida aos atletas.

Ciente de que um dos grandes problemas dos jovens reside na locomoção, e sendo a facilidade de locomoção um dos fatores determinantes para uma maior aderência do programa por parte do público, os promotores do programa inseriram como parte integrante do programa, os meios de transportes, de forma a garantir a assiduidades dos participantes. A qualidade da alimentação desses participantes também não foi esquecida, tendo ficado um nutricionista contratado para o efeito, responsável pela alimentação dos participantes.

As atividades desenvolvidas são em primeiro momento jogos lúdicos e recreativos, que levariam os atletas ao primeiro contato com esporte, futsal, basquete, futebol, tênis de mesa, natação, badminton, handball, vôlei, xadrez.

Em relação aos programas identificados, perguntou-se aos entrevistados, se os programas existentes atendem com as necessidades dos jovens:

Sim, nós atendemos a população, principalmente a população de perfil bolsa família, que é isso que exige o SCFV, jovens em vulnerabilidade, que estejam em risco, estejam em convivência de violência e negligência [...] (Entrevistado B).

[...] é maneira que tem de ocupar a ociosidade desses meninos, se não fosse esse projetos muitos estariam na rua, sem ter o que fazer, envolvidos com drogas, é maneira de ocupar os tempos livres e livrar-lhes de droga, violência [...] (Entrevistado I).

Embora o entrevistado tenha referido ao programa, como algo abrangente a todos os indivíduos cujo, pela sua idade, possa ser considerado Jovem, a abrangência do programa é bastante limitada. O modelo interacional caracteriza de jovens os indivíduos com idade compreendida entre os 15 aos 29 anos, e o programa apenas abrange os 15 aos 17 anos.

Pode-se deduzir que a maior parte dos jovens fica de fora dos programas. Portanto, não seria exagero afirmar que esse programa não é direcionado aos jovens, na sua plenitude.

Talvez por isso, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados tenha salientado no seu relatório, a inexistência de políticas públicas para a faixa etária compreendida entre os 15 aos 29 anos da população (BRASIL, 2010c). Um problema que a referida Comissão considera como antigo. Portanto, para acabar com esse problema: o desemprego, a violência, a droga, é uma miragem, enquanto se mantiver a falta de investimento na educação, saúde, esporte e cultura (BRASIL, 2010c).

De fato, os problemas mencionados são comuns em diversos Estados e Municípios, mas Dornelles e Frantz (2014) considera que esses programas devem ser formulados tendo em conta às reais necessidades locais, e quando assim é, maiores são às possibilidades destes produzirem efeitos positivos e gerarem bons resultados.

A evolução de políticas voltadas para a juventude e os programas a si associados é inegável, mas o mesmo não significa dizer, que os resultados estejam a ser alcançados. Ainda existem necessidades de melhorias, tanto ao nível da formulação, como da implementação dos programas. Mas para isso, são imprescindíveis certas mudanças. Este facto é abordado nas entrevistadas:

[...] deveria começar pelo empenho dos próprios políticos, dá recursos para que os projetos possam realmente acontecer da melhor forma possível, valorização da cidade e dos jovens, pois para mantermos esse projeto, temos que fazer parcerias com as lojas do município de forma angariar verbas [...](entrevistado D).

[...] Que os serviços eles pudessem ser executados cada vez melhor, ter mais impacto para o município de redenção, mais recursos financeiro, desenvolver mais políticas voltas para os jovens, e que as políticas pudessem expandir para as zonas rurais [...](entrevistado B).

A falta de interesse e conhecimento do poder público sobre a realidade juvenil, em muitos casos, provoca um desencontro entre as demandas dos jovens e as políticas públicas. Nesse sentido, é preciso criar meios de participação para que o jovem ao menos seja escutado, buscando estreitar os laços com a juventude de forma entender ou tentar solucionar as suas demandas (REGATTIERI; SILVA, 2009).

5.3 RESULTADOS

As evidencias recolhidas comprovam que as políticas para a juventude têm um papel crucial na construção de uma sociedade com valores éticos, morais e culturais. A

juventude de hoje é o futuro de amanhã. E a construção de uma cidadania capaz, consciente e ética, depende de políticas que valorizem a saúde, a educação, o combate às drogas e outras inúmeras necessidades que se fazem sentir na atualidade. A importância dessa temática incentivou a realização deste estudo no município de Redenção. As evidências recolhidas através das entrevistas, da análise documental e suportadas por extenso referencial teórico, permitem encontrar os resultados que são abaixo enunciados.

As evidências recolhidas em cinco instituições do município permitem a construção do gráfico abaixo apresentado.

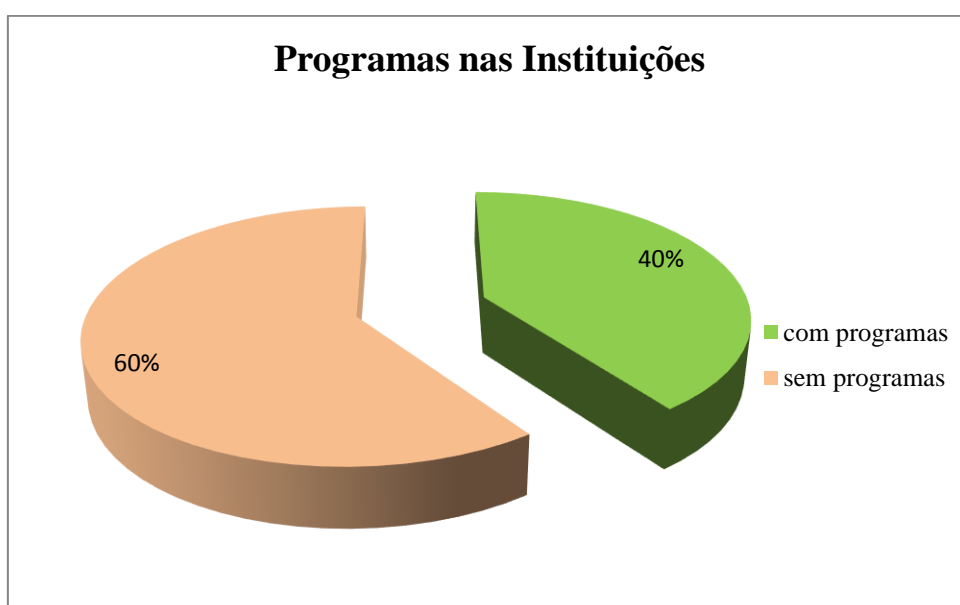


Gráfico1: Os dados compreendem a cerca das instituições e os programas identificados.

Foram realizadas pesquisas em cinco instituições e apenas duas dispõem de algum programa voltado à juventude e outras três não. Com isso, a percentagem é de que 60% das instituições, não dispõem de nenhum programa e 40% dispõe de algum tipo de programa. Das instituições que dispõem dos programas identificou-se apenas um programa em cada instituição e dentre eles um é do âmbito local (Projeto Bola de Meia).

Coloca-se uma questão: existem programas para juventude formulada pelas instituições inerentes ao município de Redenção? Os resultados validam que sim, apesar de existir apenas um programa formulado pelo município já apresentado. Como foi descrito anteriormente existem apenas dois programas e estes voltados para mais de 7.193 jovens do município, que compõe cerca 27% da população. Também é possível constatar, que os programas existentes são direcionados apenas para os jovens adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos, em relação a outras faixas etárias, o município não desenvolve

nenhum programa voltado a esse público. Estes fatos revelam uma grande carência em relação às políticas públicas de juventude.

A carência de políticas públicas para a juventude também foi observado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, segundo eles, esta faixa etária vem padecendo de inúmeros problemas sociais, como o desemprego, violência, drogas, que nada mais é, do que um reflexo da falta de investimentos em educação, saúde, esporte e cultura. Ainda acrescentam que algumas experiências realizadas tanto no exterior como no Brasil comprovaram, que a criação de mais e melhores oportunidades para os jovens, são determinantes para que os mesmos não enveredem por caminhos tenebrosos (BRASIL, 2010c). E isso foi confirmado por um dos entrevistados: “[...] a violência em Redenção ultimamente tem aumentando muito, e os atores dos crimes como, morte, assaltos, agressão, drogas, são jovens daqui do município mesmo, mês passado mataram um de 22 anos, ele era envolvido com o tráfico [...]” (entrevistado A).

Para, além disso, é perceptível um grande desinteresse por parte dos órgãos competentes do município. De acordo com o entrevistado:

O Governo Municipal não faz quase nada, eles deveriam garantir a implementação da Conferência de Juventude, fazer com que todas as tarefas específica de cada atividade estabelecida pela Comissão Organizadora Municipal, fossem executadas [...] (entrevistado I).

O reconhecimento de que há necessidades de criar mecanismos e reconhecer que existem na sociedade, jovens com características próprias, que carecem de atenção singular e intervenção planejada pelos governos é um dos primeiros passos que o poder público deve dar, para isso deve construir uma Política Municipal de juventude e um espaço para o jovem na prefeitura que possa compreender melhor as necessidades desse público específico (BRASIL, 2010c).

Constatou-se também que embora tenha havido a 2ª Conferência Municipal de Políticas Públicas de Juventude, nada que foi proposto e sugerido na referida conferência foi realizado, mais nada foi realizado em relação às políticas públicas de juventude ao que estava proposto, continuando assim, com todos os problemas e sem possíveis resoluções importantes.

Os resultados evidenciaram que embora exista uma secretaria para juventude, denominada Secretaria de Esporte e Juventude, a mesma não se encontra em pleno funcionamento. Uma vez que a mesma não dispõe de autonomia financeira e patrimonial,

e os seus recursos são bastante limitados. A escassez de recursos tem impossibilitado que esta secretaria tenha projetos, que visem responder as principais necessidades dos jovens. Sendo que atualmente os programas em curso resumem-se em esporte, esses resultados comprovam as falhas observadas pela a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou fazer uma análise do que realmente existe de políticas públicas de juventude no município de Redenção, como se dá o processo de formulação dessas políticas, quais são essas políticas e como funcionam as mesmas.

Considerando que as políticas públicas visam o bem comum da sociedade, procurou-se saber se os jovens têm tido oportunidade de desfrutar dessas políticas específicas. Com base nos resultados foi constatado que apenas uma minoria tem acesso aos programas, que por sinal é escasso. O ideal seria que todos os jovens de uma maneira ou de outra pudessem usufruir dos diversos programas, ter acesso a mais oportunidades para que posteriormente sejam eles a trabalhar para um futuro melhor.

Como se buscou apresentar no decorrer do trabalho, política pública de juventude tem o intuito de resolver os problemas e as necessidades sociais que afligem uma determinada camada da sociedade, que seria os jovens, desenvolvendo ações, programas que visem o bem-estar comum dos mesmos.

Outras das situações constatadas é a situação precária que se encontra a Secretaria de Esporte e juventude. A sua falta de autonomia em diversos níveis, tem como consequências, problemas relacionados com estrutura e problemas financeiros, muito por culpa da fraca capacidade em capitalizar recursos necessários para satisfação das mais diversas necessidades, tais como: desenvolver programas e ações voltadas para os jovens, promover debates a cerca da juventude.

A gestão no município mostrou-se ineficiente em relação aos desafios enfrentados pelos jovens na atualidade, tais como: drogas, violência, desemprego, e não oferece nenhuma condição para o desenvolvimento dos programas ou projetos que possam atender nesse aspecto.

Os resultados mostram que há muito que fazer para que possivelmente a juventude seja reconhecida como parte importante do município, visto que ela ocupa a parcela de 27% da população, mas para isso, é necessário que os meios que possibilitem o desenvolvimento dos jovens sejam criados e haja uma maior promoção das atividades do município de modo a garantir a participação efetiva dos jovens.

Contudo, um dos principais desafios que se propõe para o órgão municipal é a de criar meios para fortalecer a Secretaria de Esporte e Juventude para que a mesma possa atender da melhor forma as necessidades enfrentadas pela juventude, com intuito de

melhorar em diversos aspectos e além de criar meios para que haja participação dos jovens no processo de tomada de decisão a respeito das políticas públicas de juventude.

Assim deseja-se que esta pesquisa, contribuía não apenas para o desenvolvimento do tema “Políticas Públicas para a Juventude”, mas também, ter aberto um grande leque para novas questões, novas pesquisas, e sugestões para melhoria de políticas públicas para juventude no município de Redenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. R. de. **Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias.** 2009. Disponível em: <<http://diplomatzando.blogspot.com.br/2009/07/1218-sobre-politicas-de-estado-e.html>>. Acesso em: 20 set. 2016.

Antwi, S.K. & Hamza, K., 2015. Qualitative and Quantitative Research Paradigms in Business Research: A Philosophical Reflection. *European Journal of Business and Management*, 7(3).

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Comissão de Direitos Humanos e Minorias: Políticas públicas para a juventude.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2010c. 66 p. (400). Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2686/politicas_publicas_juventude.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 out. 2016.

BRASIL. **Lei N.º 12 852/2013.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 06 nov.2016.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disposições sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e das outras providências. DF: Senado Federal

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral da Presidência da República. **Gestão Estratégica 2011 - 2014.** Brasília, DF: Secretaria Geral da Presidência da República, 2010a. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/aceso-a-informacao/acoeseprogramas/cartilha-final.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. **Guia de políticas públicas de juventude.** Brasília: SNJ, 2006a.48p. Disponível em: <<http://secretariadegoverno.gov.br/arquivos/guiajuventude.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. **Guia de políticas públicas de juventude.** Brasília: SNJ, 2010b. 24 p. Disponível em: http://www.youthpolicy.org/national/Brazil_2010_National_Youth_Policy.pdf. Acesso em: 05 nov.2016.

BRASIL. **Reflexões sobre a política Nacional de Juventude(2003-2010).** Brasília, 2011.

Disponível em:<http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/download_reflexoes_sobre_PPJs_2003_-2010_1.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

BRASIL. V. B. (Org.). **O que é?** Conselho Nacional de Juventude. 2014. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/conjuve/o-que-e#.WDPDgOYrLIV>>. Acesso em: 29 set. 2016.

BRASIL. Yanna G. Governo do Estado do Ceará. **Redenção: conheça a primeira cidade do Brasil a libertar os escravos.** 2015. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/12253-redencao-conheca-a-primeira-cidade-do-brasil-a-libertar-os-escravos>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas.** São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006b. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2016.

BRENNER L. (Minas Gerais). Sebrae/mg (Org.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas.** Belo Horizonte: Casa de EditoraÇÃo e Arte Ltda., 2008. 48 p. 7 v. Disponível em: <[http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL DE POLITICAS PÚBLICAS.pdf](http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL_DE_POLITICAS_PUBLICAS.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2016.

CÁ, L. O. **ESTADO: Políticas Públicas e Gestão Educacional.** Cuiabá: EdUFMT, 2010.180p.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.. Ser jovem no brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. **Cadernos Adenauer**, [s.l.], v. 1, p.13-25, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/16488-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016

CORREIA JUNIOR, C. O. F.. **O Estatuto Da Juventude:** Um estudo sobre os limites e possibilidades da nova lei para as políticas públicas de juventude. 2013. 73 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2013. Disponível em: <[http://www.puro.uff.br/tcc/2012-2/CARLOS OCTAVIO FRANCISCO CORREIA JUNIOR.pdf](http://www.puro.uff.br/tcc/2012-2/CARLOS_OCTAVIO_FRANCISCO_CORREIA_JUNIOR.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2016.

Costanzi, R. N. Trabalho decente e juventude no Brasil. [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho, 2009. 220 p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_230674.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

DORNELLES, J. A.; FRANTZ, D. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS COMO FORMA DE GARANTIR A PARTICIPAÇÃO DE UMA SOCIEDADE ATIVA. In: XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 2014. p.16. Disponível em <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/download/11853/1682>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

FIALHO, L. M. F.; CACAU, J. B. (Org.). **Juventudes e Políticas Públicas.** Fortaleza: Eduece, 2016. 249 p.

FREITAS, O. A. d. ; RAMIRES, J. C. de L. JOVENS INFRATORES E POLITICAS PÚBLICAS: Reflexões acerca do Centro Socioeducativo de Uberlândia. **Revista**

Eletrônica de Geografia, Uberlândia, v. 2, n. 5, p.02-20, nov. 2010. Disponível em: <[http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/2edicao/n5/Jovens Infratores e Politicas Publicas.pdf](http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/2edicao/n5/Jovens_Infratores_e_Politic Publicas.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2016.

HOFLING, E. d. M. ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 21, n. 55, p.30-41, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010132622001000300003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14 set. 2016.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População jovem no Brasil: a dimensão demográfica. População, população jovem, estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 08 de set. 2016.

KEHRIG, R. T. et al. **Políticas Públicas**. 5. ed. Palhoça: Unisulvirtual, 2014. 172 p. Disponível em: <https://issuu.com/diogoraf/docs/politicas_publicas>. Acesso em: 25 set. 2016.

Kothari, C., 2004. *Research Methodology: Methods and Technique*, New Delhi, India: Dharmesh Pinters.

LIMA, Maria L. O. F.; MEDEIROS, J. J. Empreendedores de políticas públicas na implementação de programas governamentais. **Revista de Administração Pública**, [s.l.], v. 46, n. 5, p.1251-1270, out. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000500004>. Acesso em: 15 set. 2016.

LOMBARDI, S. S. L. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE: DESAFIOS E CONQUISTAS DO PROJÓVEM URBANO ITAPETININGA (SP)**. 2013. 78 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Democracia, República e Movimento Sociais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba (, 2013. Disponível em: <[http://www.secretariadegoverno.gov.br/arquivos/monografias/Julia Alves Marinho Rodrigues.pdf](http://www.secretariadegoverno.gov.br/arquivos/monografias/Julia_Alves_Marinho_Rodrigues.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2016

Mincato, R. Políticas públicas e sociais: uma abordagem crítica e processual. In: OLIVEIRA, M.; BERGUE, S. T.(Org.). **POLÍTICAS PÚBLICAS: definições, interlocuções e experiências**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2012. p. 81-97

REGATTIERI, L. L.; SILVA, S. L. P. da. **A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA JUVENTUDE (CRJ)**. 2009. 125 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/8276971/OLHARES_DA_JUVENTUDE_A_TRAJETO_RIA_DAS_POLI_TICAS_PU_BLICAS_DE_JUVENTUDE_DO_MUNICI_PIO_DE_VI TO_RIA_NA_ASSISTE_NCIA_SOCIAL_DESAFIOS_DO_CENTRO_DE_REFERENCIA_DA_JUVENTUDE_CRJ_>. Acesso em: 12 nov. 2016.

RUA, M. d. G.; ROMANINI, R. **Para Aprender Políticas Públicas** (Unidades de I a XIV). IGEPP, 2013.

SOUZA, C. d.; PAIVA, I. L. de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estud. Psicol. (natal)**,[s.l.], v. 17, n. 3, p.353-360, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300002>. Acesso em: 19 set. 2016.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p.20-45, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 15 set. 2016.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 17 set. 2016.

UNFPA-Fundo de População das Nações Unidas. **DIREITOS DA POPULAÇÃO JOVEM: UM MARCO PARA O DESENVOLVIMENTO**. 2. ed. Brasília: ., 2010. 125 p. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_pop_jovem.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil**. FLACSO-Brasil, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/mapa2014_jovensbrasil_preliminar.pdf>. Acesso em: 30 set.

Yin, R., 1984. *Case Study Research: Design and Methods*, Beverly Hills, Calif: Sage Publications.

Zainal, Z., 2007. Case study as a research method. *Jurnal Kemanusiaan*.

APÊNDICE

Apêndice A- Roteiro de Entrevista

Roteiro de entrevista

No âmbito do trabalho conclusão de curso de Administração Pública na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-Unilab, é realizada esta entrevista. A finalidade da mesma é a recolha de informações relativas às políticas públicas para juventude.

Trata-se de uma entrevista semi-estruturada e o levantamento de questões apenas têm como objetivo o aprofundamento dos assuntos.

O entrevistado pode em qualquer momento pedir ao entrevistador que reformule a questão.

A gravação da entrevista e a utilização do conteúdo apenas serão para fins académicos.

Parte I: Caracterização do entrevistado (Opcional)

Nome:

Cargo:

Questões:

1. Como funciona o órgão?
2. Existe políticas públicas para juventude no órgão?
3. Como foi feita a formulação dessas políticas publicas para juventude?
4. Quais são as políticas públicas para juventude existentes?
5. Como funcionam essas políticas públicas para juventude?
6. Essas políticas públicas existentes vão de acordo com as necessidades locais?
7. Qual é a idade dos jovens beneficiados pelas políticas públicas?
8. Quais são os impactos de políticas públicas para a juventude em Redenção?
9. O que deveria ser diferente em relação a essas políticas públicas?

Apêndice B- Entrevistas realizadas no âmbito do estudo

Função	Entrevistados	Data	Duração	Forma
Secretario	Entrevistado I	03/10/2016	15min	Gravada
Cordenadora	Entrevistado B	27/10/2016	18min	Gravada
Secretaria	Entrevistado A	03/10/2016	09min	Gravada